

# Scalco tenta regulamentar Constituição

JORNAL DE BRASÍLIA  
01 MAI 1990

O líder do PSDB na Câmara, Euclides Scalco (PR), vai tentar um acordo esta semana com as lideranças partidárias para a votação, até junho, no máximo, das leis de regulamentação de seis questões consideradas prioritárias na Constituição, promulgada há exatamente um ano e meio. Essas questões vão do tabelamento dos juros em 12% ao ano até o funcionamento do Ministério Público. Só um acordo de lideranças poderá ultrapassar o mais forte obstáculo à votação delas e ao próprio trabalho do Congresso neste ano eleitoral: a falta de quórum.

Ontem, uma segunda-feira véspera de feriado, nem o jeitinho do acordo de lideranças poderia ser tentado. Não estavam no Congresso os líderes do PMDB, PFL, PDS, PTB, PDT, PC do B e PSDB — além do próprio Scalco, que telefonou de Curitiba para ditar sua intenção a assessoria do PSDB.

O Plenário da Câmara e Senado vazios denunciavam a falta de parlamentares em Brasília, enquanto nos postos bancários do Congresso funcionários faziam filas. Ao abrir a sessão da Câmara, às 13h30, o presidente Paes de Andrade (PMDB-CE) tinha a companhia de apenas quatro deputados. Afóra o pernambucano Nilson Gibson (PMDB), os outros três eram todos de Brasília: Maria de Lurdes Abadia (PSDB), Augusto Carvalho (PCB) e Walmir Campello (PTB).

No Plenário do Senado, o senador Pompeu de Sousa (PSDB-DF), abriu a sessão às 14h30, em companhia de cinco companheiros: Alberto Hoffma (PDS-RS), Francisco Rollemberg (PMDB-SE), Mario Maia (PDT-AC), Lourival Baptista (PFL-SE) e Chagas Rodrigues (PSDB-PI). Na curta sessão, foi lida a mensagem presidencial indicando o jurista Carlos Mario Velloso para o Supremo Tribunal Federal.

O líder do governo no Senado, José Ignácio Ferreira, esteve no Congresso, mas o líder do governo na Câmara, Renan Calheiros, não apareceu. É possível que a partir de hoje vários parlamentares, principalmente os líderes, comecem a retornar a Brasília, mas são cada vez mais escassas as chances de haver quórum para a votação do acumulado de leis, medidas provisórias e vetos presidenciais a serem apreciados — de preferência ainda no primeiro semestre.

A intenção de Scalco é restabelecer os períodos de “esforço concentrado” — ou seja, dias acertados previamente entre os líderes para as votações mais importantes dos anos eleitorais. As seis prioridades que o líder do PSDB destacou para a regulamentação (por leis complementares ou ordinárias) da Constituição são as seguintes: tabelamento dos juros bancários em 12%, seguridade social, lei agrícola, Código do Consumidor, funcionamento do Ministério Público e advocacia da União. Mas, ao todo, são quase 300 dispositivos constitucionais que precisam de regulamentação.